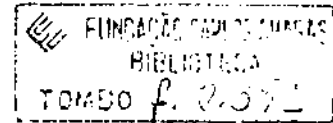


CRECHES

Maria M. Malta Campos

Muito se tem discutido sobre as vantagens e as desvantagens da creche. Seria ela benéfica ou prejudicial para as crianças? O que representa de mudança para a vida familiar? As dúvidas são muitas. Entretanto, para que esses e outros problemas sejam melhor compreendidos, é indispensável colocá-los no contexto histórico e social do qual fazem parte, sem o que a discussão corre o risco de se tornar casuística e superficial.

Desde o início do processo de industrialização a necessidade da creche já se fazia sentir. No final do século passado, por exemplo, já eram criadas na França as primeiras "salas de asilo" para os filhos das mulheres trabalhadoras. Assim a primeira necessidade a que as creches vieram responder foi exclusivamente a de guarda de crianças, sem nenhuma outra preocupação que não fosse a de conservá-las longe dos perigos da rua. Além disso, a iniciativa era concebida unicamente em termos assistenciais e humanitários. Aos poucos a visão da responsabilidade da sociedade em relação aos filhos das mulheres trabalhadoras foi sendo colocada pelas reivindicações populares, que passaram a entender a creche como direito da trabalhadora. O fato das sociedades socialistas terem, desde o início de sua implantação, realizado um grande esforço para ^{instalar} ~~implantar~~ uma rede de creches de massa, muito influuiu na concepção da creche como um direito. Os movimentos feministas, por sua vez, reformularam a questão, argumentando que a creche seria um direito não só da trabalhadora mas também do trabalhador, pois não aceitava a concepção tradicional que considera a responsabilidade pelos filhos como exclusivamente feminina.

Mais recentemente, com o ingresso cada vez maior da mulher no mercado de trabalho, a creche passou também a ser vista como necessária pelas mulheres de classe média: em países onde são raras as empregadas domésticas, como o único recurso possível para quem têm filhos pequenos e em países como o Brasil, como uma alternativa para a babá.

É interessante notar que, no momento em que a creche chega à classe média, como proposta aceitável, há toda uma reformulação das motivações maternas para ali colocar seu filho. Passa-se

sidades da mãe que trabalha para as necessidades da criança.

Contrapondo essa concepção com aquela de mulheres da classe trabalhadora, percebe-se uma grande diferença. Para estas a imagem da creche ainda carrega um certo estigma, ligado provavelmente a idéia de orfanato. Como as raríssimas creches a que têm acesso são, na sua maioria, de péssima qualidade, elas a encaram como um mal necessário, a qual recorrem por uma questão de sobrevivência e por falta de melhores alternativas.

Entretanto, na medida em que a sociedade tem sido insensível a reivindicações por creches*, cada vez mais grupos de mulheres da periferia têm procurado se organizar, montando precariamente suas próprias creches. Desde as "creches espontâneas", que funcionam nos bairros populares e favelas, sem nenhuma orientação técnica, até creches comunitárias, que conseguem às vezes contar com algum auxílio, ou da Igreja ou de órgãos assistenciais, são inúmeras as modalidades de creches que têm surgido recentemente nas zonas urbanas do país. Como geralmente as mães participam diretamente de sua organização, estas creches passam a perder um pouco do estigma inicial, pois a convivência com as crianças, as outras mães e as eventuais ^{funcionárias} "empregadas" garante, pelo menos, um certo calor humano que as instituições mais formais costumam negligenciar.

Por outro lado, na medida em que a própria classe média já aceita uma creche para seus próprios filhos, é provável que a idéia da creche como sendo, em si mesma, prejudicial à criança passe a ser abandonada em favor de uma preocupação com a implantação de creches populares que sejam de boa qualidade. Infelizmente, até agora, esta qualidade tem sido entendida pelos órgãos do governo exclusivamente em termos da qualidade do prédio da creche. Ora, do ponto de vista da criança, talvez seja este o

* No Brasil, por exemplo, apesar da legislação trabalhista implantada há mais de 30 anos exigir das empresas com mais de 30 empregadas a instalação de berçários ou o convênio com creches próximas, o número de vagas existentes não chega a 3 % do que seria necessário, segundo os dados oficiais. A maioria das empresas simplesmente ignora a exigência legal, pois não existe nenhuma fiscalização. No entanto, mesmo que fosse cumprida, a lei não resolveria muito o problema, pois ela prevê o atendimento das crianças somente durante o período da amamentação.

detalhe menos importante. Muito mais sérios são os aspectos ligados ao tipo de relacionamento que se estabelece entre as crianças e os adultos que trabalham na creche, como inúmeros estudos já tem demonstrado.

Assim, seria desejável que a criação de boas creches pagas, para atender as crianças de classe média, fosse acompanhada pelo maior apoio do governo às iniciativas das trabalhadoras que reivindicam e chegam até a organizar pequenas creches e pela criação de uma legislação mais rigorosa em relação às empresas privadas. Pois a necessidade de creches não deve ser entendida somente do ponto de vista da mãe que trabalha ou do ponto de vista das necessidades da criança, mas também do ponto de vista da sociedade como um todo. Ela não é um bem ou um mal em si mesma. É uma resposta a determinadas situações criadas pelo próprio desenvolvimento do sistema produtivo. Cabe à sociedade transformá-la em algo positivo para adultos e crianças.

